



## ATUAÇÃO DOS FÓRUNS DE DEFESA DA EDUCAÇÃO INFANTIL EM TEMPOS DE PANDEMIA

Performance forums for children's education in pandemic times

Fábio Hoffmann **PEREIRA**  
Universidade Federal de Alagoas  
Arapiraca, Alagoas, Brasil  
[hoffmann@arapiraca.ufal.br](mailto:hoffmann@arapiraca.ufal.br)  
<https://orcid.org/0000-0002-2933-2610> 

A lista completa com informações dos autores está no final do artigo ●

### RESUMO

O artigo relata uma pesquisa exploratória resultante de um levantamento da divulgação da atuação dos fóruns estaduais de defesa da Educação Infantil no período de 15 de março a 30 de junho de 2020. O fechamento das instituições de Educação Infantil devido à pandemia de covid-19 impôs outras formas de articulação para os fóruns. A possibilidade de reunir-se e debater de modo *online* impactou a atuação e a divulgação das ações de cada fórum estadual. O levantamento buscou informações das páginas e perfis dos fóruns em *blogs*, *sites* oficiais, *Facebook* e *Instagram*. Das ações divulgadas, chamam a atenção a transmissão de debates com convidadas e convidados, no formato de "*lives*", sobretudo no *Instagram*. Entre as pautas debatidas, aparecem com força a discussão sobre o trabalho docente exercido de forma remota e as perspectivas e protocolos para reabertura cuidadosa das instituições, ligadas diretamente à situação de emergência. Em âmbito das propostas de políticas do governo para a Educação Infantil, chamam a atenção a proposta de inclusão de aquisição de livros didáticos no PNLD para a pré-escola e o atendimento de reivindicações dos movimentos de Educação Infantil na elaboração e aprovação do "novo" FUNDEB.

**PALAVRAS-CHAVE:** Movimentos Sociais. Fóruns de Educação Infantil. *Lives*. PNLD. Novo FUNDEB.

### ABSTRACT

The article reports an exploratory research resulting from a survey of the dissemination of the performance of state forums for the defense of Early Childhood Education from March 15 to June 30, 2020. The closure of Early Childhood Education institutions due to the covid-19 pandemic imposed other forms of articulation for the forums. The possibility of meeting and debating online impacted the performance and dissemination of the actions of each state forum. The survey sought information from the pages and profiles of the forums on blogs, official sites, Facebook and Instagram. Among the actions disclosed, attention is given to the transmission of debates with guests, in the format of "lives", especially on Instagram. Among the debated agendas, there is a strong discussion about teaching work carried out remotely and the prospects and protocols for the careful reopening of institutions, directly linked to the emergency situation. Within the scope of the government's policy proposals for Early Childhood Education, attention is drawn to the proposal to include the acquisition of textbooks in the PNLD program for preschooler children and to meet the demands of early childhood education movements in the preparation and approval of the "new" FUNDEB law.

**KEYWORDS:** Social movements. Early Childhood Education Forums. *Lives*. PNLD program. FUNDEB Law.

## INTRODUÇÃO

A situação de emergência provocada pela pandemia da síndrome respiratória conhecida como covid-19 levou não somente à suspensão da circulação de pessoas em todo o mundo, mas também fez com que as aglomerações de pessoas fossem evitadas, o que levou à suspensão das atividades em instituições educacionais de todos os níveis da educação no Brasil e também no mundo. No entanto, pressões de ordem econômica vieram de encontro às orientações da Organização Mundial da Saúde e, num claro exemplo do fenômeno da mercantilização da Educação, para reivindicar a retomada não apenas do comércio, mas das atividades letivas. No dia 28 de abril de 2020, o Conselho Nacional de Educação aprovou um parecer no qual sugere a reorganização do calendário de atividades escolares para o ano letivo de 2020.

A determinação recomendada pelo Parecer CNE/CP nº 05/2020 é direcionada a todos os níveis (e modalidades) da Educação Básica e Superior e, sem considerar as especificidades de cada um destes níveis, recomenda uma lista de ações que as instituições educacionais devem promover, sobretudo virtualmente. Segundo o documento, a finalidade desta proposição de oferta de educação via remota seria a “garantia dos direitos e objetivos de aprendizagem” (BRASIL, 2020, p. 3). A aprovação do parecer foi recebida pela comunidade e pelos fóruns de defesa da Educação Infantil no Brasil com muita preocupação e críticas.

O objetivo deste artigo é apresentar e discutir algumas ações e a importância que fóruns de defesa da Educação Infantil têm tido no enfrentamento da pandemia, no que se refere à defesa do atendimento de bebês e crianças pequenas e às suas famílias com qualidade e de acordo com os fundamentos e os princípios da Educação Infantil. A redação do presente artigo se dá em meio à pandemia e a uma série de situações locais e de âmbito nacional, que impactam a escrita, ora militante, ora acadêmica; ora no presente, ora no tempo passado. Com foco nos fóruns estaduais de defesa da Educação Infantil, ligados ao Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil (MIEIB), a discussão abordará a divulgação das ações dos fóruns em seus Estados, bem como as demandas que têm aparecido oriundas do contexto de isolamento social e suspensão das atividades educacionais devido à pandemia. Por fim, buscaremos elementos que unem as discussões estaduais na defesa da Educação Infantil em um contexto de pandemia, isolamento social, de suspensão de atividades letivas presenciais e também de defesa dos ataques promovidos pelas políticas em curso, propostas em âmbito federal.

## FÓRUNS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E A DEFESA DAS INFÂNCIAS

A instituição de um Estado regulador promovido sobretudo nos anos 1990, quando os ideais neoliberais chegaram e começaram a dominar a economia e a política brasileiras, instituiu uma série de formas de participação social nas esferas consultivas e de deliberação de políticas públicas. Como um dos preceitos da Constituição Federal (BRASIL, 1988) é da democracia participativa, as esferas governamentais precisaram definir políticas de controle social, como “mecanismos de ampliação da participação popular nas decisões políticas” (RAICHELIS, 2013, p. 5).

Os conselhos de estado, são instâncias de consulta e podem também assumir caráter deliberativo, como é o caso do Conselho Nacional de Educação. Em tese, estes órgãos deveriam ter uma composição paritária entre governo e representantes da sociedade civil e poderiam ser considerados um importante avanço democrático por aparecerem “como um constructo institucional que se opõe à histórica tendência clientelista, patrimonialista e autoritária do Estado brasileiro” (RAICHELIS, 2013, p. 6).

Para Carlos Maciel (2010), o controle social no Brasil ainda teria uma trajetória inacabada. Para o autor, é comum que as políticas públicas estejam envolvidas em conflitos econômicos, políticos e sociais, nos quais “as contradições sociais se avolumam ao ponto de gerarem uma mudança na estratégia adotada pelos governos para manterem a sua governabilidade”. Decorre, daí, uma marca particular do nosso país (além de alguns outros), que passou de um Estado Repressor para um Estado Regulador, mas no qual a cultura da participação ainda não está consolidada. Para o autor, as políticas sociais ainda são profundamente influenciadas pelo espírito corporativista. Se, por um lado, a participação é garantida por meio de mecanismos de controle social, por outro, os arranjos políticos, sejam locais ou, até mesmo, federal, são determinantes na efetivação de políticas que garantam o acesso aos direitos sociais.

Para Maria Inês Souza Bravo e Maria Valéria Correia (2012), a necessidade de as políticas públicas passarem por processos de regulação criou uma falsa dicotomia entre Estado e Sociedade civil. Esta oposição daria origem ao que viemos chamando de “controle social”. Para as autoras, Estado e Sociedade civil não são entes separados, visto que uma redefinição da organização do Estado perpassa a participação da comunidade, ou seja, a participação popular ou a participação da sociedade civil. Assim, podemos observar a criação de conselhos em praticamente todos os âmbitos da esfera do Estado. A constituição dos conselhos geralmente deve ser equilibrada, com membros

do governo e da sociedade civil. Suas funções variam dependendo da área, mas podem ser fiscalizadoras, consultivas, de assessoramento e deliberativas.

No entanto, na prática, Carlos Maciel observa que a cultura do autoritarismo ainda sobrevive e, assim, “a sociedade, vez por outra, é tachada de amorfa, débil, incapaz de se organizar, incompetente de se auto-gerir” (MACIEL, 2010, p. 13). Sob essa justificativa, o modelo de conselho é tutelado pelo governo em suas mais variadas instâncias. Isso significa que os membros dos conselhos são escolhidos pelo governo. A composição do Conselho Nacional de Educação, por exemplo, é determinada pelo Presidente da República (BRASIL, 1999). Não existe processo eleitoral ou garantia de que quaisquer indicações de associações, sindicatos ou qualquer entidade de atuação no âmbito da Educação possam ser aceitas para nomeações de conselheiros.

Em paralelo aos conselhos de governo, surgem os fóruns como alternativas à discussão e consultoria que, mesmo não vinculados aos governos nem ao Estado, podem ter um papel importante na formulação e condução de políticas públicas. Esse surgimento dos fóruns acompanha uma tendência de organização da sociedade civil em movimentos sociais, que agrupam diferentes segmentos – intelectuais, sindicalistas, professores, famílias, crianças etc. Foram encontrados poucos estudos sobre a atuação de fóruns de defesa da Educação Infantil. Janaina Maudonnet (2019) destaca apenas quatro trabalhos que se dedicaram a movimentos de defesa da Educação Infantil, todos tendo o Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil (MIEIB) como objeto e campo de estudo. Criado em 1999 a partir da necessidade de defesa dos direitos dos bebês e das crianças pequenas à Educação Infantil de qualidade, o MIEIB tem como características de funcionamento:

[...] ser um espaço público e plural de defesa do direito à Educação Infantil; ser um movimento e não uma organização ou instituição; reconhecer e qualificar, por meio do debate democrático, as diferentes posições; atuar por meio de parcerias e apoios financeiros múltiplos; realizar encontros nacionais anuais (MIEIB, 2020).

Todos os Estados e o Distrito Federal possuem, atualmente, fóruns de Educação Infantil e vários municípios ou microrregiões também possuem fóruns locais ou regionais constituídos. Os fóruns estaduais estão ligados ao Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil (MIEIB). Essa ligação confere uma unidade de princípios entre os fóruns, apesar de cada Estado apresentar uma configuração e uma forma diferente de articulação (MAUDONNET, 2019).

A página do MIEIB na internet aponta que os princípios do movimento são:

[...] a garantia às crianças de 0 a 6 anos de acesso a vagas nos sistemas públicos de educação; o reconhecimento do direito constitucional das crianças de 0 a 6

anos (independentemente de raça, idade, gênero, etnia, credo, origem socioeconômica-cultural etc.) ao atendimento em instituições públicas, gratuitas e de qualidade; a destinação de recursos públicos, específicos e adequados, indispensáveis para o bom funcionamento dos sistemas de Educação Infantil; a indissociabilidade do cuidar/educar, visando o bem-estar, o crescimento e o pleno desenvolvimento da criança de 0 a 6 anos; a implementação de políticas públicas que objetivassem a expansão e a melhoria da qualidade do atendimento educacional, abrangendo toda a faixa etária de 0 a 6 anos; a identificação da Educação Infantil, enquanto campo intersetorial, interdisciplinar, multidimensional e em permanente evolução (MIEIB, 2020).

Segundo Maudonnet (2019), as estratégias de atuação dos fóruns são baseadas em um tripé: propositivas, mobilizadoras e informativas. São propositivas no sentido de oferecerem propostas e acompanharem a implantação e implementação de ações nos mais diversos âmbitos governamentais. Também pretendem articular entidades na mobilização em relação a pautas políticas. Ainda, os fóruns seriam uma forma de organização para divulgação de debates e formação, promovendo não somente a divulgação científica, mas também organizando eventos e oferecendo subsídios às redes públicas e aos profissionais da Educação Infantil.

No âmbito do atual governo Jair Bolsonaro, podemos ver que o controle social perdeu muita força e espaço na definição de políticas públicas<sup>1</sup>. No âmbito da Educação, a disputa com organizações sociais vinculadas aos interesses do capital vem desde antes. O governo golpista de Michel Temer nomeou a maior parte dos atuais conselheiros e conselheiras. Atualmente, a Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação tem nomes ligados a entidades como Todos pela Educação, Instituto Ayrton Senna, o Sistema SESI/SENAI, representantes de sistemas de ensino privado, entre outros.

Assim, em meio a uma crise sanitária mundial, que levou à suspensão do funcionamento de estabelecimentos comerciais, industriais, de serviços, privados e públicos, de instituições em todos os âmbitos, inclusive de Educação Infantil, quais têm sido as formas que os fóruns têm encontrado para continuarem a observação e a defesa da Educação Infantil? Quais ações têm sido propostas e desenvolvidas? Quais demandas têm sido colocadas? Além das situações que surgem devido ao isolamento social, que pautas têm sido colocadas na ordem do dia no âmbito governamental e que merecem análise, mobilização, debates e formação de profissionais?

---

<sup>1</sup> Como exemplo, ver matérias publicadas na imprensa sobre o esvaziamento de conselhos ainda no primeiro ano do governo Jair Bolsonaro em Tajra (2019), em Cancian (2019) e em Sarconi, Aleixo e Maia (2019).

## UMA POSSIBILIDADE DE PESQUISA EM TEMPOS DE ISOLAMENTO FÍSICO

Após a interrupção e suspensão do atendimento das instituições de educação, incluindo creches, pré-escolas, escolas e universidades, vimos surgir a possibilidade do trabalho de forma remota, com uso das ferramentas da *internet*. Assim, pretendeu-se, a partir do site do Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil (MIEIB), que possui conteúdo de qualidade e atualizado em relação às lutas, pautas e parcerias, encontrar as formas como os fóruns estaduais vinham se articulando e comunicando suas ações ao público.

Assim, fizemos um estudo de natureza exploratória, que tem por finalidade “familiarizar-se com um fenômeno a ser investigado” (THEODORSON; THEODORSON, 1970 *apud* PIOVESAN; TEMPORINI, 1995, p. 319). Alguns autores alertam que pesquisas exploratórias seriam estudos prévios que servem como fundamentação para definir rumos de um estudo de maior amplitude, para fundamentar teoricamente e analisar a pertinência de algumas categorias de análise, para fundamentar a elaboração de hipóteses (PIOVESAN; TEMPORINI, 1995; BONIN, 2012). Utilizamos, aqui, o recurso do estudo de natureza exploratória para indicar uma aproximação com a problemática das formas como fóruns estaduais de defesa da Educação Infantil têm apresentado suas discussões e posicionamentos e utilizando ferramentas de comunicação e redes sociais para diálogo, mobilização e articulação política. Esperamos que a exploração aqui apresentada sirva, também, como indicativo de como os fóruns e demais movimentos sociais possam planejar suas estratégias de comunicação dos seus debates, posicionamentos e das ações que desenvolvem.

Assim, a partir do site do MIEIB, foram localizados os fóruns estaduais de Educação Infantil, suas siglas e nomes completos. A formulação dos nomes dos fóruns segue formas próprias em cada Estado, podendo na maior das vezes utilizar o nome do Estado ou seu gentílico, como, por exemplo “Fórum de Educação Infantil do Paraná” e “Fórum Amazonense de Educação Infantil”, mas também há outras composições, como “Fórum Alagoano de Defesa da Educação Infantil” e “Fórum Permanente de Educação Infantil do Estado do Rio de Janeiro”. A partir dos nomes de cada fórum, partiu-se para uma busca na internet que levasse a *sites* e *blogs* e também foram buscadas páginas, grupos e perfis no *Facebook*<sup>2</sup> e também perfis no *Instagram*<sup>3</sup>.

---

<sup>2</sup> *Facebook* é a maior rede social do mundo, na qual seus usuários criam perfis que contêm fotos e listas de interesses pessoais, trocando mensagens privadas e públicas entre si e participantes de grupos de amigos.

<sup>3</sup> *Instagram* é uma rede social online de compartilhamento de fotos e vídeos entre seus usuários.

Com os resultados da busca por cada fórum estadual, foram listadas todas as publicações realizadas entre os dias 15 de março e 30 de junho de 2020. A semana iniciada em 15 de março de 2020 marca o início da interrupção do atendimento das instituições de Educação Infantil públicas e privadas por todo o Brasil. Em algumas regiões, a interrupção aconteceu no dia 16 de março, mas em outras, até uma semana depois. O limite de análise do dia 30 de junho deu-se devido a um recorte necessário devido aos prazos de submissão do artigo ao dossiê. No plano da atuação militante, temos acompanhado a atuação de alguns fóruns que continuaram e intensificaram ações e também de outros que iniciaram ações virtuais durante os meses que se seguiram no ano de 2020.

Também pelos limites de tempo, este estudo é um levantamento preliminar e abre possibilidades para continuidades e outros estudos. As seções a seguir discutirão um pouco daquilo que foi possível coletar online, sabendo que a falta de contato com membros para entrevistas, mesmo que informais, é um limite sério a este estudo.

## **PRIMEIRA APROXIMAÇÃO: BLOGS, PÁGINAS, PERFIS, CANAIS**

A primeira aproximação, sem pretensão de produzir um modelo estatístico, propõe um olhar sobre a quantidade de publicações nas páginas e perfis dos fóruns estaduais de defesa da Educação Infantil. Todas as publicações foram listadas e algumas análises emergem. Foram identificadas duas formas utilizadas pelos fóruns para manifestar sua articulação período estudado: a publicação de notícias, notas públicas, manifestos e posicionamentos e também a realização de eventos com transmissão *online* (*lives*<sup>4</sup>) de reuniões e de debates.

Em relação à produção de conteúdo de notas públicas e manifestos, o Fórum de Educação Infantil do Distrito Federal salta em relação à quantidade de onze manifestações públicas em sua página do *Facebook*. São posicionamentos e informes de articulação jurídica junto a esferas do poder legislativo, sobre temas diversos, como fechamento de creches por motivo da pandemia, recomendações do Conselho Nacional de Educação sobre calendários escolares, inclusão de livros didáticos para a Educação Infantil no Programa Nacional do Livro Didático. Outros fóruns produziram notas e manifestos públicos e os colocaram em suas páginas, mas de uma a duas publicações.

---

<sup>4</sup> As *lives*, ou transmissões ao vivo, são mídias, geralmente no formato de vídeo, que são simultaneamente gravadas e transmitidas em tempo real.

Em relação à organização de eventos *online*, como reuniões e debates, percebe-se uma maior articulação dos Fóruns estaduais das Regiões Sul e Nordeste. Os fóruns de Educação Infantil dos Estados do Sul (Rio Grande do Sul e Santa Catarina) concentraram sete eventos no período de pandemia analisado até 30 de junho. No Nordeste, o Fórum de Educação Infantil da Paraíba organizou sete *lives* no *Instagram* e posteriormente no *Youtube*<sup>5</sup>, convidando sempre pessoas de fóruns de outros estados para dialogar sobre temáticas variadas. Há destaque, também para os fóruns do Ceará, com cinco eventos, Alagoas, com três eventos, Pernambuco e Bahia, com dois eventos cada, e Sergipe, que realizou uma transmissão pelo *Youtube*. No Centro-Oeste, o Fórum de Educação Infantil do Distrito Federal organizou uma reunião com roda de conversa sobre a Educação Infantil no contexto de pandemia. Na Região Sudeste, o Fórum paulista organizou uma *live* que foi transmitida pelo *Youtube* e o Fórum Permanente de Educação Infantil do Rio de Janeiro, dois eventos.

Não foi encontrada nenhuma página na *web* ou no *Facebook*, tampouco perfis ou canais da maioria dos Estados da Região Norte. Dos sete Estados, apenas o Fórum de Educação Infantil do Pará possui uma página no *Facebook*. Também não foi encontrada nenhuma página atualizada referente ao Fórum Permanente de Educação e Desenvolvimento Infantil do Espírito Santo e do Fórum de Educação Infantil de Sergipe. Janaína Maudonnet observou intermitências na organização de fóruns estaduais. Segundo a autora, há uma diversidade de configurações e de formas de organização (MAUDONNET, 2019, p. 106) e menciona que alguns fóruns possuem problemas na sua manutenção, como por exemplo intermitências, mudanças de local das secretarias ou comitês gestores, havendo paradas e retomadas. Aqui, assumimos essa possibilidade e, por se tratar de um estudo exploratório, não é possível descrever como estes fóruns vinham se articulando durante a pandemia. Sabemos, por exemplo, que existem outras ferramentas de comunicação, como *e-mail* e aplicativos de mensagens (por exemplo, *WhatsApp* e *Telegram*) e não conseguimos perceber em que medida estas outras formas de comunicação poderiam estar sendo utilizadas em cada movimento estadual, pela impossibilidade de acesso a conteúdo que não está disponível publicamente.

Um primeiro olhar para o conjunto de postagens e compartilhamentos permite, ainda, verificar diálogos dos fóruns estaduais com outros fóruns regionais e de outros Estados, com instituições e movimentos e também certa sazonalidade quando da

---

<sup>5</sup> *Youtube* é uma plataforma de compartilhamento de vídeos que hospeda uma grande variedade de filmes, vídeos e materiais produzidos profissionalmente e caseiros.

realização de eventos específicos e de grande interesse dos movimentos sociais em defesa da infância, das crianças e da Educação Infantil. Há muitos compartilhamentos de postagens e posicionamentos do Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil (MIEIB) por quase todas as páginas dos fóruns estaduais.

Organizado a partir da necessidade de um diálogo com a sociedade como um todo, com os dirigentes governamentais e com os órgãos que têm uma atuação em nível nacional, o MIEIB constitui-se como “uma articulação entre fóruns de Educação Infantil [...] que visa o fortalecimento da Educação Infantil como política pública de qualidade” (MIEIB, 2002, p. 142). Como os fóruns estaduais são ligados diretamente ao MIEIB, não surpreende que publicações e bandeiras erguidas por ele tenham adesão nas regiões, estados e municípios. Segundo as diretrizes do MIEIB, os fóruns estaduais, regionais e municipais de Educação Infantil são espaços permanentes de discussão no que se refere a “à ampliação do atendimento, à melhoria da qualidade, ao financiamento, à integração aos sistemas de ensino, à formação de seus profissionais e à sua própria identidade” (MIEIB, 2002, p. 140). Assim, os fóruns constituem-se em instâncias “de discussão, mobilização, proposição e divulgação das políticas para a Educação Infantil” (MIEIB, 2002, p. 140).

Duas entidades parecem estabelecer diálogos tanto com o MIEIB quanto com o conjunto dos fóruns estaduais, a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (ANPEd) e a Campanha Nacional pelo Direito à Educação. O diálogo permanente com a ANPEd pode ser percebido pela atuação direta de docentes das Universidades Públicas como importantes articuladoras e articuladores dos movimentos. São fontes de estudo, mas também de mobilização e de “ponte” entre o conhecimento acadêmico e a sociedade. No conjunto de postagens e publicações que compõe este levantamento é possível verificar que nos grupos de discussão do *Facebook* a maior parte das publicações são compartilhadas por professoras e professores universitários. Há também participação intensa de sindicalistas e militantes em defesa da infância e também das e dos profissionais da Educação Infantil. Publicações e eventos da ANPEd aparecem compartilhados nas páginas dos fóruns estaduais da Região Sul e do Distrito Federal.

Já a Campanha Nacional pelo Direito à Educação, “impulsionada por um conjunto de organizações da sociedade civil” com o objetivo de “somar diferentes forças políticas, priorizando ações de mobilização, pressão política e comunicação social, em favor da defesa e promoção dos direitos educacionais” (CAMPANHA, 2020) dialoga com praticamente todas as páginas de fóruns estaduais. O destaque de compartilhamento

de manifestos, campanhas e eventos promovidos pela Campanha vai para os Fóruns Baiano e do Ceará. Importantes pautas reivindicadas pela Campanha são vistas em quase todos os estados, como, por exemplo, a pressão pela aprovação do FUNDEB, do qual falaremos mais adiante.

## **AGENDA, TEMAS, PAUTAS**

É possível observar que nas primeiras semanas que se seguiram ao dia 11 de março de 2020, quando a Organização Mundial da Saúde declarou a crise sanitária como pandemia, praticamente todas as páginas dos fóruns não receberam atualizações. Algumas publicaram o cancelamento de reuniões, plenárias e eventos. Como já dito, houve um movimento de suspensão das atividades letivas em todos os âmbitos e todas as etapas da educação e do ensino entre os dias 16 e 21 de março. No Distrito Federal, houve a suspensão de escolas, universidades, cinemas e demais locais ou eventos em que houvesse aglomerações. A Secretaria de Educação, contudo, manteve as creches e centros de educação da primeira infância abertos. Destaca-se a atuação do Fórum de Educação Infantil do Distrito Federal, que ainda em 16 de março envia uma carta ao Secretário de Educação solicitando que o atendimento das creches também fosse suspenso para garantir a segurança e saúde de bebês, crianças, suas famílias e profissionais.

Na mesma semana, algumas postagens pedem que as pessoas fiquem em isolamento em suas casas, caso do Fórum do Distrito Federal e do Pará. Em 21 de março, o Fórum de Educação Infantil do Paraná compartilha uma carta do MIEIB sobre as preocupações que a pandemia suscitava, como demissões de trabalhadores da educação, a continuidade de atendimento com creches e pré-escolas abertas, etc. A adoção das Medidas Provisórias 927 e 928/2020 pelo Governo Federal possibilitou que os contratos de trabalho pudessem passar por acordo individual de trabalho, abrindo a possibilidade de teletrabalho, modificações no gozo de férias e feriados, bem como na contagem de banco de horas, e que modificou a Lei de Acesso à Informação, dificultando os pedidos de organizações civis e pessoas físicas. Estas medidas provisórias deram origem à nota de repúdio publicada pelo MIEIB no dia 25 de março de 2020.

No início do mês de abril ganha destaque a publicação da “Carta às meninas e aos meninos em tempos de Covid-19” (FMEI, 2020), redigida no formato de livro pelo Fórum Mineiro de Educação Infantil. Com uma produção sensível, o livro traz uma conversa franca em uma linguagem acessível para as crianças sobre a doença, seus

sintomas e os cuidados que deverão ser tomados ao longo da pandemia. É uma das primeiras publicações voltadas para crianças no Brasil, que mostra a sensibilidade com que as conversas com as crianças sobre uso de máscaras, lavagem das mãos, isolamento e distanciamento social e tantos outros assuntos e hábitos se tornariam tão importantes nos meses que se seguiram. Em meio ao começo da crise e com a perspectiva de que as crianças fossem menos suscetíveis à covid-19 (fato que não se comprovou), elas vinham sendo deixadas de lado nos diálogos. A partir do momento em que há uma publicação voltada para as crianças tratando de um assunto tão sério e importante, elas são colocadas no centro do diálogo e são convidadas à participação social. Pelo livro, as famílias podem iniciar o diálogo e as crianças podem sentir-se pertencentes aos debates e preocupações que afligiram todas as camadas sociais durante a pandemia.

Durante o mês de abril, o Conselho Pleno do Conselho Nacional de Educação emite o Parecer CNS nº 05/2020, que trata da reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19, aprovado no dia 28 de abril de 2020 (BRASIL, 2020). A proposta de parecer, aberta para consulta pública em 17 de abril, movimentou e mobilizou o MIEIB e diversos outros segmentos e setores ligados às lutas pela Educação Infantil pela preocupação com a qualidade do atendimento às crianças. Em carta ao presidente do Conselho Nacional de Educação, o MIEIB alerta que, como preconiza a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, “as ações da família e da escola são complementares, jamais sobrepostas” (MIEIB, 2020) e que a proposta de envio de atividades às famílias não possui justificativa legal nem pedagógica. A carta resgata os eixos que norteiam os currículos da Educação Infantil e lembra que

[...] as experiências educativas que potencialmente podem contribuir para o desenvolvimento dos bebês e das crianças pequenas, são organizadas pelas/os profissionais de Educação Infantil a partir da aproximação e da compreensão das ações, relações e, especialmente, das brincadeiras e demais formas de interação que bebês e crianças estabelecem com seus pares e com diferentes adultos, e não de conteúdos pré-estabelecidos e organizados de modo apriorístico (MIEIB, 2020).

Observamos, a partir de abril e destas discussões o início da mobilização dos fóruns em relação à discussão sobre a finalidade, os objetivos e a organização dos currículos da Educação Infantil. As *lives* começam e se expandem por todo o Brasil, inicialmente utilizando perfis no *Instagram* e, posteriormente, com a disseminação do

conhecimento sobre os recursos da plataforma *StreamYard.com*<sup>6</sup>, o uso de páginas no *Facebook* e criação de canais no *Youtube* para transmissões ao vivo de discussões sobre as temáticas que começam a emergir durante a pandemia. Várias *lives* foram organizadas e transmitidas durante o mês de Abril sobre os direitos das crianças e sobre o resgate dos princípios e dos fundamentos da Educação Infantil. Sobre essa temática, foram identificadas *lives* realizadas pelos Fóruns Baiano (realizada em 13 de abril) e Gaúcho (plenárias virtuais realizadas em 27 de abril e em 11 de maio), por exemplo.

O Parecer CNE nº 05/2020 sugeriu que creches e pré-escolas elaborassem “atividades sistemáticas que possam ser realizadas com seus filhos em seus lares, durante o período de isolamento social” (BRASIL, 2020), admitindo “a possibilidade de tornar o contato com os pais [...] mais efetivo com o uso de internet, celular ou mesmo de orientações de acesso síncrono ou assíncrono, sempre que possível” (BRASIL, 2020). Essa possibilidade de envio de “atividades sistemáticas” pelo uso da internet (*e-mail*, *Facebook*, *WhatsApp*<sup>7</sup>, etc) para que as famílias desenvolvessem com suas crianças gerou várias manifestações. Merece destaque a publicação do posicionamento público do Fórum de Educação Infantil do Ceará sobre as especificidades da Educação Infantil diante da pandemia de covid-19, publicado em 07 de abril de 2020, no qual repudiam a “substituição das atividades pedagógicas organizadas e desenvolvidas em instituições de Educação Infantil por atividades a distância e/ou domiciliares para as crianças” (FEIC, 2020) e aponta a incompatibilidade entre o currículo da Educação Infantil e a modalidade EaD. O Fórum do Ceará chama a atenção, entre outros aspectos, para a falta de formação docente para o uso de recurso e ferramentas digitais para o ensino a distância, bem como ressaltam que a educação de bebês e crianças pequenas exige formação e, por isso, não pode ser delgado às famílias e responsáveis pelas crianças.

O Fórum Paulista de Educação Infantil publicou no dia 26 de maio de 2020 seu *Manifesto Indignado* intitulado “Educação Infantil à distância: um *terraplanismo* pedagógico?” no qual reafirma a concordância com o posicionamento do MIEIB e expressa o reconhecimento ao manifesto anteriormente publicado pela ANPEd e encaminhado ao Conselho Nacional de Educação, ambos criticando a sugestão do CNE. Para o Fórum Paulista, as especificidades da Educação Infantil “são marcadas pela

---

<sup>6</sup> *StreamYard.com* É uma ferramenta para fazer transmissões de vídeo através de redes sociais, com o recurso de que ele funciona totalmente no seu navegador, sem precisar baixar nenhum software.

<sup>7</sup> *WhatsApp* é um aplicativo de mensagens instantâneas para *smartphones*. Além de mensagens de texto, os usuários podem enviar imagens, vídeos e documentos em PDF, além de fazer ligações grátis por meio de uma conexão com a internet. Na *live* “As crianças, a Educação Infantil e a Pandemia” (FADEDI, 2020), organizada pelo Fórum Alagoano de Defesa da Educação Infantil em 21 de maio de 2020, problematizo várias questões em relação ao uso indiscriminado do *WhatsApp* para o contato com as famílias.

interação presencial do coletivo infantil, sendo o brincar e as interações, eixos estruturantes do trabalho pedagógico que fundamentam e dinamizam as relações nas creches e pré-escolas” (FPEI, 2020). Esse caminho, segundo o Fórum, “não se faz por meio das ferramentas da EaD, educação remota ou atividades não presenciais” e contrariar estes princípios e fundamentos é “desconhecer a natureza e complexidade do trabalho pedagógico desenvolvido na Educação Infantil”. O Fórum Paulista de Educação Infantil utiliza a metáfora do *terraplanismo pedagógico* para alertar que o Conselho Nacional de Educação “desconsidera os conceitos, conhecimentos e pesquisas de campo” desenvolvidos e acumulados sobre as crianças e sua educação, pelo menos, nos últimos vinte e cinco anos.

A questão da finalidade da Educação Infantil como complementar à ação das famílias e da comunidade permeia a maior parte das discussões no período estudado. Isso evidencia uma tentativa de diálogo dos fóruns com a sociedade em geral no sentido de conscientizar para a finalidade do trabalho na Educação Infantil, que não se resume às práticas de cuidado e também não podem ser práticas de ensino centradas na transmissão de saberes e conhecimentos nem no desenvolvimento de habilidades motoras (OLIVEIRA-FORMOSINHO, 2007), como antecipação à escolarização das etapas posteriores da Educação Básica. O Fórum de Educação Infantil da Paraíba, que promoveu vários diálogos, convidando representantes de outros fóruns, realizou a *live* em sua conta do *Instagram* “Como fica a relação creche-família em tempos de pandemia?”, em 26 de maio de 2020, que foi amplamente divulgada por vários outros fóruns e contou com mais de mil e cem expectadoras e expectadores<sup>8</sup>.

Também no Estado de Pernambuco, a discussão sobre a complementaridade da Educação Infantil em relação à educação da família foi tema de discussões. A Semana do Bebê 2020, realizada no Recife teve como tema “Família, criança e felicidade: cuidados conectados, desenvolvimento pleno” e contou com ações do Fórum em Defesa da Educação Infantil de Pernambuco. Promovida anualmente, a Semana do Bebê é uma iniciativa do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e tem o objetivo de dar visibilidade ao desenvolvimento infantil e às questões ligadas à primeira infância na agenda das políticas públicas dos municípios brasileiros.

## **Como se não houvesse pandemia: a agenda de lutas que não parou**

---

<sup>8</sup> As transmissões realizadas pelo *Instagram*, quando disponibilizadas, podem ser assistidas posteriormente. Na última visualização antes da submissão deste artigo, a *live* contava com 1.151 visualizações.

É amplamente discutido o quanto o Governo Jair Bolsonaro assumiu uma postura de ignorar a emergência que a pandemia de covid-19 impunha. Foram episódios e declarações de deboche e discurso de minimização dos sintomas e efeitos que a síndrome respiratória provoca. Um dos ministros de governo, Ricardo Salles, chegou a sugerir que o governo aproveitasse o “momento de tranquilidade no aspecto de cobertura de imprensa” que, naquele momento só falava de covid-19, e fosse “mudando todo o regramento e simplificando normas”, no caso, de proteção ao Meio Ambiente (URIBE, 2020). Com a Educação e a Educação Infantil, o tratamento não foi diferente.

No período pesquisado, foram identificadas duas importantes discussões que revelaram frentes de luta e reivindicação nas políticas de Educação Infantil: o lançamento de edital para submissão de livros didáticos para a pré-escola, no âmbito do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), e o debate público sobre o financiamento da Educação por meio do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB).

No dia 21 de maio de 2020, o Ministério da Educação lançou edital para aquisição de obras didáticas, literárias e pedagógicas do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD). Além do Edital, foi publicado o *Documento Referencial Técnico-Científico: Programa Nacional do Livro e do Material Didático — Edital PNLD 2022 — Educação Infantil* (BRASIL, 2020) no qual consta que o PNLD 2022 tem uma proposta que “contemple obras que tragam habilidades preparatórias para a alfabetização formal” (BRASIL, 2020, p. 3). A justificativa do Ministério da Educação é que “o progresso da aprendizagem deve ser visível e mensurável” e por isso é

[...] essencial que os materiais e conteúdos didáticos (...) sejam planejados, estruturados, embasados teoricamente e produzidos de forma a explicitar os objetivos pedagógicos de maneira clara, considerando o caráter cumulativo e progressivo da aprendizagem (BRASIL, 2020, p. 4).

Para isso, tanto para creches quanto para pré-escolas, a proposta do Ministério da Educação é de que a escolha de obras didáticas seja “composta por Manual do Professor Impresso, material digital do professor, material digital do gestor e, no caso das categorias Pré-Escola I e Pré-Escola II, também pelo Livro do Estudante Impresso” (BRASIL, 2020, p. 17).

Tal publicação foi recebida com muita preocupação pela comunidade acadêmica e militante pela defesa da Educação Infantil. Várias entidades, organizações e movimentos sociais posicionaram-se contrários à inclusão de livros didáticos dirigidos para a Educação Infantil no PLND 2022. Os Fóruns do Paraná, Goiano e do Distrito

Federal publicaram manifestos em repúdio ao Edital do PNLD 2022. O Fórum de Educação Infantil do Distrito Federal define que a política adotada pelo Ministério da Educação descaracteriza a Educação Infantil e, além da denúncia do conteúdo do Edital PNLD 2022, menciona o curso *online* oferecido pela Secretaria de Alfabetização do Ministério da Educação dentro do “Programa Tempo de Aprender” e dirigido a professores do ensino fundamental e também da educação infantil. O documento destaca o posicionamento do Fórum de que a Educação Infantil “tem como eixos norteadores as interações e a brincadeira” e que “a alfabetização não lhe compete” (FEIDF, 2020).

Para o Fórum Goiano de Educação Infantil, o edital mostra uma “dissonância deste em relação aos eixos fundamentais no tratamento de projetos específicos para a educação de crianças de zero até seis anos” (FEI-GO, 2020), pois entende-se que “a educação como uma das práticas sociais mediadas, capazes de criar condições de expressão, busca e apropriação de conhecimentos, não devendo depender de manuais ou de apostilas que roubem da criança e dos professores as condições de promover uma leitura sobre a realidade e sobre o mundo” (FEI-GO, 2020).

Na mesma direção, o Fórum de Educação Infantil do Paraná indica que oferecer livros didáticos é incompatível com a concepção de Educação Infantil concernente à legislação brasileira e lembra que as discussões nos últimos vinte anos e que aparecem nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, reiterada por estudos e pesquisas na área da Infância e da Educação Infantil estão asseguradas em outros documentos oficiais do Ministério da Educação (FEIPar, 2020). O manifesto aponta, ainda, que é “incoerente relacionar a literatura ao processo de alfabetização”. Isso porque “não consiste objetivo da Educação Infantil quaisquer atividades de sistematização para o domínio do código da língua escrita em sentido estrito” (FEIPar, 2020). Em relação à aquisição dos livros de literatura Infantil, o manifesto do Fórum de Educação Infantil do Paraná alerta que “cabe uma diversidade de temáticas, as quais serão asseguradas pela aquisição de acervo que contemple gêneros e modos composicionais variados” e que “os livros de literatura infantil são fruto da confluência de três campos: a palavra, as artes visuais e o design gráfico editorial” e por isso não cabe restringir temáticas, como o Edital do PNLD 2022 indica (FEIPar, 2020). Apesar de tantas manifestações dos fóruns, pessoas públicas, sindicatos, associações e outras entidades, até a submissão deste artigo o edital ainda permanecia aberto.

Outra pauta que mobilizou os Fóruns de Educação Infantil estava ligada ao financiamento da Educação. Em 2020 o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da

Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), regulamentado por meio da Lei Federal nº 11.494/2007, perde a validade. O FUNDEB é o principal mecanismo de fontes de recursos para o financiamento da educação brasileira, sobretudo para a educação pública nos municípios. Por meio dele, o funcionamento dos sistemas de ensino é mantido pela distribuição orçamentária entre os Estados, o Distrito Federal e os municípios. O FUNDEB trouxe como ganho a inclusão e consolidação da Educação Infantil no sistema de financiamento da Educação. Na avaliação de Nicholas Davies, quando criado, o FUNDEB trouxe “poucos recursos novos para o sistema educacional” (DAVIES, 2006, p. 762). Agora, no ano em que a lei que instituiu o FUNDEB perde a validade, o debate sobre sua continuidade perpassa a ampliação dos recursos. Mobilizada pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação, a campanha pela continuidade e pela perenidade do FUNDEB ganhou fôlego e força. Foram produzidos materiais acadêmicos e institucionais para divulgar e subsidiar discussões sobre o conceito de Custo Aluno-Qualidade (CARREIRA; PINTO, 2007; CAMPANHA, 2018) e também foram produzidos diversos trabalhos acadêmicos sobre o financiamento da educação (por exemplo, MARTINS, 2009; ARAUJO, 2013; XIMENES, 2014).

Sem entrar na discussão conceitual, dados os limites de espaço e do objetivo deste artigo, podemos destacar que a luta pela aprovação do FUNDEB nos fóruns de defesa da Educação Infantil tomou três grandes focos: a manutenção da Educação Infantil no Fundo, a inclusão do Fundo na Constituição Federal e a inclusão do conceito de “custo aluno-qualidade” como dispositivo do cálculo para o orçamento e os repasses financeiros. Nos fóruns, essa discussão foi ampliada no mês de junho, mas já aparecia anteriormente em algumas publicações do Fórum em Defesa da Educação Infantil de Pernambuco e do fórum Baiano de Educação Infantil, que compartilharam *lives* sobre as propostas do “novo FUNDEB”.

A manutenção da Educação Infantil, modalidade creche, no FUNDEB era uma incerteza porque, não sendo etapa obrigatória de matrícula, não havia garantia de que os legisladores garantiriam recursos. Também havia a preocupação com a inclusão da possibilidade de outras formas de financiamento direto, de forma privatista da Educação Infantil, por meio, por exemplo, do oferecimento de *vouchers* às famílias para que elas procurassem instituições educativas privadas para matricular seus filhos. A defesa do FUNDEB perpassava, então, por uma defesa da creche e também por uma defesa do financiamento público ser destinado exclusivamente para a educação pública. A discussão de aprovação do FUNDEB como Emenda Constitucional, tiraria sua condição

de fundo provisório, com data de validade, e passaria a ser permanente, uma política de Estado prevista na Constituição Federal. Já a parametrização do cálculo dos recursos, tendo em vista o conceito de Custo Aluno-Qualidade, levaria o FUNDEB a possuir um patamar mínimo de financiamento com base em critério objetivos que levassem em consideração as diversas realidades existentes no Brasil.

A mobilização dos fóruns estaduais de defesa da Educação Infantil, articulada pelo MIEIB, aliada à mobilização da Campanha e da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) parece ter sido fundamental para aprovação do texto do projeto de lei que institui o que veio a ser chamado de “FUNDEB Permanente”, no dia 21 de julho de 2020. Como a votação aconteceu após o período da consulta às páginas, *blogs* e perfis dos fóruns disponíveis na em *sites* e redes sociais da internet, não pudemos analisar a magnitude e o diferencial que a mobilização tomou nas semanas que antecederam à votação na Câmara dos Deputados.

Em junho, foram identificadas campanhas com publicações, compartilhamento de materiais, *lives* e discussões, tendo o recurso das *hashtags* muito frequentemente empregados. *Hashtags* são ferramentas utilizadas para reunir assuntos com o mesmo conteúdo, representadas pelo sinal # (*hash*), e que reúnem conteúdos de publicações com a mesma palavra-chave. #*VotaFundeb*, #*FundebPraValer* e #*FUNDEBcomCAQ* parecem ter sido as *hashtsags* mais utilizadas nesse período. Além dos fóruns já mencionados, de Pernambuco e Bahia, os Fóruns de Educação Infantil do Ceará e do Distrito Federal foram grandes impulsionadores de postagens, com imagens e divulgação de *lives*. Infelizmente, não foi possível incluir a continuidade da luta destes e outros fóruns neste artigo, o que abre a possibilidade para que outras pesquisas investiguem a mobilização em torno da aprovação do texto do projeto de lei que institui o FUNDEB permanente e com inclusão da Educação Infantil.

### **Possível retorno: início de uma discussão**

Na segunda quinzena de Maio, a publicação do documento *Para um retorno à escola e à creche que respeite os direitos fundamentais de crianças, famílias e educadores*, assinado por Maria Malta Campos, Aidê Almeida, Angela Barreto, Érica Dumont, Livia Fraga Vieira, Mônica Correia Baptista, Paulo Sergio Fochi, Rita Coelho, Silvia Helena Vieira Cruz e Sonia Larrubia Valverde (CAMPOS et al., 2020) inicia uma discussão sobre quando é possível planejar um retorno às atividades presenciais da Educação Infantil.

Além do documento, foram identificadas atividades amplamente divulgadas por meio de compartilhamento de publicações, sobretudo no *Facebook* e no *Instagram*. No Rio Grande do Sul, Paulo Sergio Fochi organizou uma série de *lives* que foram transmitidas entre os dias 18 e 25 de maio sobre as “Perspectivas para o retorno na Educação Infantil”. No Ceará, o evento também durou vários dias e promoveu “Diálogos para garantir os direitos das crianças no retorno às creches e pré-escolas”, de 29 de maio a 05 de junho. O Fórum de Educação Infantil da Paraíba convidou Ângela Scalabin Coutinho, do Fórum de Educação Infantil do Paraná, para dialogar sobre “Perspectivas de retorno na Educação Infantil: entre protocolos e afetos” no dia 02 de junho. O Fórum Baiano de Educação Infantil promoveu, em 15 de junho, uma discussão sobre uma recomendação do Conselho Municipal de Educação de Salvador que sugeria protocolos sanitários, administrativos e pedagógicos para o sistema de ensino daquele município. Em 17 de junho, o Fórum Alagoano de Defesa da Educação Infantil promoveu uma roda de conversa sobre “Atenção à saúde para um retorno seguro à Educação Infantil”. Em 20 de junho, o Fórum Paulista de Educação Infantil publica o Manifesto “Vamos Voltar? AGORA NÃO!”.

Em todas as discussões ficaram latentes a preocupação com o controle da pandemia, que ainda está longe de ser um horizonte possível diante das políticas de saúde assumidas pelo Governo Federal e em vários Estados, que não têm efetivamente protegido a população e levando à exposição a situações de risco de contágio milhões de brasileiras e brasileiros, especialmente das camadas mais empobrecidas da população.

A defesa do não retorno começa a se delinear no contexto dos debates dos fóruns de defesa da Educação Infantil especialmente pelo fato de que manter as crianças afastadas umas das outras contraria o eixo das interações como estruturadoras das práticas pedagógicas. Nesse sentido, a *live* que teve como subtítulo “entre protocolos e afetos” (FEIPB, 2020) pode ser considerada um marco ao trazer a questão do olhar sensível para as questões ligadas aos protocolos. Não parece possível estabelecer protocolos em gabinetes, sem escutar as famílias, as crianças, os profissionais da Educação Infantil.

O documento coordenado por Maria Malta Campos (2020) chama a atenção para as condições de funcionamento das creches e pré-escolas. Não é possível simplesmente abrir as instituições para o atendimento, elas precisam ser preparadas e adaptadas em termos de salas de atendimento, banheiros, alimentação, entre outros aspectos. A discussão sobre um retorno seguro à Educação Infantil perpassa, assim, pela a atenção

à saúde, evidenciando que não se trata de uma decisão meramente política a ser tomada nos gabinetes da Educação, mas devem ser objeto de planejamento e políticas públicas intersetoriais.

Apesar de não ser possível analisar as discussões que surgiram nos meses que se seguiram ao período deste estudo, é possível imaginar e afirmar que essa discussão sobre o retorno tenha se aprofundado e ampliado nos fóruns de Educação Infantil. Pressões sociais colocam-se, sobretudo impulsionadas pelos fatores econômicos que, diante da ausência de políticas públicas governamentais de proteção às pessoas e suas famílias, têm imposto a abertura do comércio, da retomada dos serviços não essenciais e outras atividades econômicas. Com isso, mães, pais e demais familiares responsáveis pelas crianças que começaram a retornar ao trabalho fora de casa enfrentam o problema de não ter com quem deixar suas crianças. Volto a insistir que a ausência de um sistema de proteção à infância e de políticas públicas e a pressão impulsionada pela economia capitalista têm levado à tensão do fechamento das instituições de Educação Infantil: se por um lado, manter as instituições fechadas diminui consideravelmente a circulação do vírus, por outro, as famílias têm enfrentado o problema de conciliar o trabalho com o cuidado das suas filhas e filhos.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O objetivo deste artigo foi apresentar e discutir algumas ações e a importância que os fóruns de defesa da Educação Infantil têm tido no enfrentamento da pandemia, no que se refere ao atendimento de bebês e crianças pequenas e às suas famílias. Para isso, buscamos e visitamos *sites*, *blogs*, páginas e perfis em redes sociais por entender que, num contexto de pandemia e isolamento físico e social, as discussões passaram a ser tratadas utilizando-se as tecnologias da informação e da comunicação. Foram encontradas formas de comunicação de 17 Estados e do Distrito Federal, sobretudo nas redes sociais *Facebook* e *Instagram*. Observou-se que a necessidade de promover diálogo e debates levou também ao aparecimento de canais no *Youtube*.

Foi percebido, também, que os fóruns atuam em conjunto uns com os outros, articulados por meio do Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil (MIEIB), mas que também têm outras formas de atuação, ligadas à Campanha Nacional pelo Direito à Educação e à Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), à Associação nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (ANPEd), entre outras entidades.

Num momento inicial, as primeiras semanas da situação de pandemia levou a população brasileira em geral a um estado de “choque”, então podemos afirmar que os fóruns também foram tomados de sobressalto, o que é evidenciado por uma quantidade quase inexpressiva de publicações nas primeiras duas semanas depois de declarada a situação de pandemia pela Organização Mundial da Saúde e de situação de emergência pelo Governo Federal do Brasil. No entanto, existe a hipótese de que os movimentos sociais não estiveram parados, mas discutindo as estratégias e ações para este novo contexto de isolamento físico e social, porém como a metodologia da pesquisa não incluiu entrevistas ou procurar comitês gestores dos fóruns, essa hipótese não pôde ser comprovada.

No período em que levantamos as ações dos Fóruns, percebemos um aumento de publicações (manifestações, campanhas, realização de eventos e atividades, etc) mês a mês, o que parece confirmar a ideia de que as pessoas que são articuladoras em seus fóruns tiveram que aprender a lidar com formas de comunicação e ferramentas digitais com as quais não estavam habituadas. As publicações mostram alguns temas que podem ser considerados de interesse nacional, dada a regularidade de presença temática em publicações em diversos fóruns.

Nesse primeiro momento, os desafios foram discutir os princípios e os fundamentos da Educação Infantil, como forma de combater estratégias adotadas e que vinham sendo implementadas em diversos lugares de ensino remoto. A atuação dos movimentos dos fóruns de Educação Infantil proporcionou a reflexão aos profissionais da educação quanto ao uso de tecnologias para oferecer educação às crianças e também em questionar políticas públicas que incentivavam formas de ensino que não se aproximavam com o disposto nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 2009). Daí, vemos surgir várias atividades promovidas pelos fóruns e seus parceiros para discutir os eixos das práticas pedagógicas, o conceito de experiências preconizado nas DCNEI e a concepção de Educação Infantil como uma noção de complementaridade entre instituição e família.

Outras agendas e lutas também foram importantes pautas de mobilização, sobretudo diante da possibilidade de inclusão da Educação Infantil como público-alvo do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). As discussões estabeleceram-se para fortalecer as práticas pedagógicas que devem ser centradas nas crianças e não em materiais impressos e previamente redigidos por uma autora ou autor que desconhece as realidades específicas dos municípios e de suas instituições. No período analisado, observou-se o início da mobilização pela aprovação do texto do projeto de lei que institui

o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), que veio acontecer na Câmara dos Deputados no dia 21 de julho e representou uma importante vitória para os movimentos sociais em defesa da Educação.

Também no período analisado neste estudo, foi possível perceber o início da discussão sobre o retorno das atividades presenciais na Educação Infantil. Até o momento da submissão deste artigo, as atividades letivas presenciais não haviam sido retomadas em nenhum dos municípios onde haviam sido suspensas. A ideia por trás dessas discussões é a de pensar que se o fechamento das instituições educativas aconteceu de forma abrupta e rápida, o retorno pode e deve ser planejado, estruturado, preparado com tranquilidade para que, quando houver condições sanitárias, as crianças possam ser acolhidas com alegria e segurança, tendo seus direitos e também de suas famílias, das e dos profissionais da educação garantidos.

Uma questão interessante a ser pesquisada seria como aqueles fóruns que não possuem formas de comunicação em plataformas digitais, como blogs, sites, páginas e perfis em redes sociais têm feito suas reuniões, divulgado ações e se articulado durante a pandemia. Que ações têm sido desenvolvidas pra além daquelas divulgadas em plataformas digitais? Como a articulação política dos fóruns tem sido possível ou dificultada nestes tempos de isolamento social?

Por fim, o estudo que deu origem a este artigo mostra que o movimento social não ficou paralisado pela impossibilidade dos encontros de estudo e discussão, pelo isolamento físico que impediu as manifestações nas praças e ruas. A capacidade de mobilização em redes e ambientes virtuais dos movimentos de defesa da Educação Infantil fica comprovada pela articulação entre os membros e pela possibilidade que as tecnologias digitais permitem de aproximar fóruns, contextos e realidades. Se o isolamento na situação de pandemia foi físico, evidentemente ele não foi social.

## REFERÊNCIAS

ARAUJO, Raimundo Luiz Silva. **Limites e possibilidades da redução das desigualdades territoriais por meio do financiamento da Educação Básica.** Tese (Doutorado em Educação). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2013. Disponível em: <[https://teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-17122014-114038/publico/RAIMUNDO\\_LUIZ\\_SILVA\\_ARAUJO\\_rev.pdf](https://teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-17122014-114038/publico/RAIMUNDO_LUIZ_SILVA_ARAUJO_rev.pdf)>. Acesso em: 15 ago. 2020.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB n. 05, de 17 de dezembro de 2009**. Fixa as diretrizes curriculares nacionais para a Educação Infantil. Brasília: MEC/SEB, 2010. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=3749-resolucao-dcnei-dez-2009&category\\_slug=fevereiro-2010-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=3749-resolucao-dcnei-dez-2009&category_slug=fevereiro-2010-pdf&Itemid=30192)>. Acesso em 16 ago. 2020.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Regimento do Conselho Nacional de Educação**. Brasília: Ministério da Educação, 02 set. 1999. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CP/RI.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Documento Referencial Técnico-Científico. Programa Nacional do Livro e do Material Didático – Edital PNLD 2022 - Educação Infantil**. Brasília: Ministério da Educação, 2020. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/index.php/programas/programas-do-livro/consultas/editais-programas-livro/item/13526-edital-pnld-2022>>. Acesso em: 07 ago. 2020.

BRAVO, Maria Inês Souza; CORREIA, Maria Valéria. Desafios do controle social na atualidade. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 109, p. 126-150, jan./mar. 2012.

CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO À EDUCAÇÃO. **O CAQi e o CAQ no PNE: Quanto custa a educação pública de qualidade no Brasil?** (e-book). São Paulo: Campanha Nacional pelo Direito à Educação, 2018. Disponível em: <<https://media.campanha.org.br/caq/pdf/quanto-custa-a-educacao-publica-de-qualidade-no-brasil.pdf>>. Acesso em 15 ago. 2020.

CAMPOS, Maria Malta et alii. **Para um retorno à escola e à creche que respeite os direitos fundamentais de crianças, famílias e educadores**. 2020. Disponível em: <[https://anped.org.br/sites/default/files/images/para\\_um\\_retorno\\_a\\_escola\\_e\\_a\\_creche-2.pdf](https://anped.org.br/sites/default/files/images/para_um_retorno_a_escola_e_a_creche-2.pdf)>. Acesso em: 16 ago. 2020.

CANCIAN, Natália. Em decreto, Bolsonaro esvazia conselho de proteção a direitos da criança. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 05 set. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/09/em-decreto-bolsonaro-esvazia-conselho-de-protecao-a-direitos-da-crianca.shtml>. Acesso em: 01 jun. 2020.

CARREIRA, Denise; PINTO, José Marcelino de Rezende. **Custo aluno-qualidade inicial: Rumo à educação pública de qualidade no Brasil**. São Paulo: Global; Campanha Nacional pelo Direito à Educação, 2007.

DAVIES, Nicholas. FUNDEB: a redenção da educação básica? **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 96, p. 753-774, out. 2006.

FEIDF. Fórum de Educação Infantil do Distrito Federal. **#LivroDidáticoNãoCabeNaEducaçãoInfantil #NaEducaçãoInfantilNãoSeAlfabetiza**. Brasília, 30 jun. 2020. Facebook: Fórum-de-Educação-Infantil-do-Distrito-Federal-FEIDF-457752624572953. Disponível em: <<https://www.facebook.com/457752624572953/photos/a.513668045648077/1221371468211061/?type=3&theater>>. Acesso em 07 ago. 2020.

FEI-GO. Fórum Goiano de Educação Infantil. **Proposições de alterações no Edital de convocação para o processo de inscrição e avaliação de obras didáticas e literárias para o PNLD – 2022 - Educação Infantil...** Goiânia: 2020. Disponível em: < <https://forumgoianoei.files.wordpress.com/2020/05/proposic387c395es-de-alterac387oes-elaboradas-pelo-nepiec-e-fgoei-no-edital-de-convocac387c383o-no-xx2020-pnld-educac387ao-infantil.pdf>>. Acesso em: 07 ago. 2020.

FEIPar. Fórum de Educação Infantil do Paraná. **Posicionamento público do Fórum de Educação Infantil do Paraná (feipar) relativo ao Edital de convocação para o processo...** Curitiba, 08 mai. 2020. Facebook: Feipar. Disponível em: <<https://www.facebook.com/Feipar/posts/1480457232125283>>. Acesso em: 07 ago. 2020.

FEIPB. Fórum de Educação Infantil da Paraíba. **Perspectivas de retorno na Educação Infantil: entre protocolos e afetos.** João Pessoa, 02 jun. 2020. Youtube: Forum de Educação Infantil da Paraíba. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Gk7SSIPwoFs>>. Acesso em 16 ago. 2020.

FMEI. Fórum Mineiro de Educação Infantil. **Carta às meninas e aos meninos em tempos de Covid-19.** Belo Horizonte: NEPEI/FaE/UFMG, 2020. 12p. Disponível em: <https://www.ufmg.br/espacodoconhecimento/carta-covid/>. Acesso em: 20 jul. 2020.

MACIEL, Carlos Alberto Batista. Políticas Públicas e Controle Social: encontros e desencontros da experiência brasileira. **Revista Intercâmbio dos Congressos de Humanidades**, v. 1, n. 1, 2010.

MARTINS, Paulo de Sena. **O financiamento da Educação Básica por meio de fundos contábeis:** estratégia política para a equidade, a autonomia e o regime de colaboração entre os entes federados. Tese (Doutorado em Educação). Brasília: Universidade de Brasília, 2009.

MAUDONNET, Janaina Vargas de Moraes. **Movimentos sociais em defesa da infância:** Os fóruns de Educação Infantil e suas incidências nas políticas públicas no Brasil. 2019. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

MIEIB. Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil. Orientações para instalação e funcionamento de fóruns estaduais, regionais ou municipais de Educação Infantil. *In*: MIEIB. **Educação Infantil:** construindo o presente. Campo Grande: UFMS, pp. 139-142. 2002.

OLIVEIRA-FORMOSINHO, Júlia. Pedagogia(s) da infância: Reconstruindo uma práxis de participação. *In*: OLIVEIRA-FORMOSINHO, Júlia; KISHIMOTO, Tizuko Morchida; PINAZZA, Mônica Appezzato. **Pedagogia(s) da infância:** Dialogando com o passado, contruindo o futuro. Porto Alegre: Artmed, 2007. pp. 13-36.

RAICHELIS, Raquel. Democratizar a gestão das políticas sociais: um desafio a ser enfrentado pela sociedade civil. *In*: MOTA, Ana Elizabete et al. (Org.). **Serviço Social e Sociedade:** formação e trabalho profissional. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2013. Disponível em: <http://www.servicosocialesaude.xpg.com.br/texto1-4.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2020.

SACONI, João Paulo; ALEIXO, Isabela; MAIA, Gustavo. Decreto do governo Bolsonaro mantém apenas 32 conselhos consultivos. **O Globo**, Rio de Janeiro, 29 jun. 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/decreto-do-governo-bolsonaro-mantem-apenas-32-conselhos-consultivos-23773337>. Acesso em: 01/ jun. 2020.

TAJRA, Alex. Bolsonaro esvazia conselho ambiental e diminui participação da sociedade. **UOL Notícias**, São Paulo, 29 mai. 2019. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/meio-ambiente/ultimas-noticias/redacao/2019/05/29/bolsonaro-esvazia-conselho-ambiental-e-diminui-participacao-da-sociedade.htm>. Acesso em: 01 jun. 2020.

URIBE, Gustavo. Ministro do Meio Ambiente defende aproveitar crise do coronavírus para 'passar a boiada'. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 22 mai. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2020/05/ministro-do-meio-ambiente-defende-aproveitar-crise-do-coronavirus-para-passar-a-boiada.shtml>. Acesso em: 05 ago. 2020.

XIMENES, Salomão Barros. **Padrão de qualidade do ensino: Desafios institucionais e bases para a construção de uma teoria jurídica**. Tese (Doutorado em Educação). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2014.

## NOTAS

### TÍTULO DA OBRA

#### **ATUAÇÃO DOS FÓRUNS DE DEFESA DA EDUCAÇÃO INFANTIL EM TEMPOS DE PANDEMIA**

Performance forums for children's education in pandemic times

**Fábio Hoffmann Pereira**

Doutor em Educação  
Universidade Federal de Alagoas  
Campus Arapiraca  
Arapiraca, Brasil

[hoffmann@arapiraca.ufal.br](mailto:hoffmann@arapiraca.ufal.br)

<https://orcid.org/0000-0002-2933-2610>

### **Endereço de correspondência do principal autor**

Rua José Pontes de Magalhães, 258, Unidade 601, Jatiúca. Maceió/AL. CEP 57036-250

### **AGRADECIMENTOS**

Agradeço às companheiras e companheiros do Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil (MIEIB), com quem aprendo a cada dia, dando força e apoio para enfrentar as adversidades do momento atual em que vivemos. Agradeço também aos companheiros Cleriston Izidro dos Anjos, Marina Rebeca Saraiva, Solange Estanislau dos Santos e Suzana Marcolino, pelo incentivo mútuo e coletivo à produção acadêmica neste momento de isolamento e solidão.

### **CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA**

**Concepção e elaboração do manuscrito:** F. H. Pereira

**Coleta de dados:** F. H. Pereira

**Análise de dados:** F. H. Pereira

**Discussão dos resultados:** F. H. Pereira

**Revisão e aprovação:** F. H. Pereira

### **CONJUNTO DE DADOS DE PESQUISA**

Todo o conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

### **FINANCIAMENTO**

Não se aplica.

#### **CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM**

Não se aplica. Não há imagens.

#### **APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA**

Não se aplica.

#### **CONFLITO DE INTERESSES**

Não se aplica.

#### **LICENÇA DE USO** – uso exclusivo da revista

Os autores cedem à **Zero-a-Seis** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution](#) (CC BY) 4.0 International. Esta licença permite que **terceiros** remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. Os **autores** têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

#### **PUBLISHER** – uso exclusivo da revista

Universidade Federal de Santa Catarina. Núcleo de Estudos e Pesquisas da Educação na Pequena Infância - NUPEIN/CED/UFSC. Publicação no [Portal de Periódicos UFSC](#). As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

#### **EDITORES** – uso exclusivo da revista

Márcia Buss-Simão e Kátia Agostinho.

#### **HISTÓRICO** – uso exclusivo da revista

Recebido em: 01-01-2021 – Aprovado em: 11-01-2021